**CONTRATO DISPENSA 023/2020**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3164/2020**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020**

**CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PICOS-PI, POR INTERMEDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA ANTÔNIA DE SOUSA LUZ - ME, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 8.666/93 – ART. 24, INCISO IV, ART. 4º DA LEI Nº 13.979 E DECRETO MUNICIPAL 42/2020, PARA O FIM QUE NELE SE ESPECIFICA.**

O **MUNICÍPIO DE PICOS/PI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marcos Parente, nº 155, Centro, Picos – PI, inscrito no CNPJ nº 06.553.804/0001-02, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representada pelo Secretário Municipal, o Sr. Waldemar Santos Júnior, brasileiro, médico, casado, inscrito no CPF Nº 182.110.463-34 e portador do RG Nº 1.639.534 SSP-PE, residente e domiciliado nesta cidade de Picos – PI, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e, em sequência, designada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **ANTÔNIA DE SOUSA LUZ - ME**, inscrita no C.N.P.J.(MF) sob o n.º 33.008.989/0001-39, estabelecida no Povoado Novo Paquetá, S/N, Zona Rural, Sussuapara – PI, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pela proprietária Sra. Antônia de Sousa Luz, brasileira, viúva, residente e domiciliada no povoado Lagoa Comprida, Zona rural, cidade de Picos – PI, portadora do RG nº 1.627.152 SSP - PI e CPF nº 622.196.693-00, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a **Dispensa nº 023/2020**, **Processo Administrativo nº 3164/2020** e o que mais consta do citado Processo Administrativo que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela introduzidas até a presente data, as quais submetem as partes para todos os efeitos e têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:



**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO**

**1.1.** O presente Contrato obedece aos termos da Proposta, da Justificativa de Dispensa de Licitação, baseada no inciso IV, Art. 24, e com as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21 junho de 1993, Art. 4º da Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto Municipal nº 42/2020, de 24 de março de 2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1.** O Contrato tem por objeto o pagamento de despesas para **"AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS (QUENTINHAS) E PÃES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE TENDO EM VISTA AS MEDIDAS E AÇÕES DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19"**, consoante especifica a Justificativa de Dispensa de Licitação, Termo de Referência e a Proposta de preços, que passam a integrar o presente Termo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA QUANTIDADE**

**3.1.** O valor total do contrato é de **R$ 16.074,00 (DEZESSEIS MIL E SETENTA E QUATRO REAIS)**, procedente do Orçamento do Município para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

**3.2.** Os quantitativos e valores unitários dos itens estão discriminados conforme a tabela a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | UND. | V. UNIT. | QNT. | V.TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | REFEIÇÕES PRONTAS (QUENTINHAS) | UND | R$ 12,70 | 1.140 | R$ 14.478,00 |
| 02 | PÃES | UND | R$ 0,70 | 2.280 | R$ 1.596,00 |
| **VALOR TOTAL R$ 16.074,00 .....(DEZESSEIS MIL E SETENTA E QUATRO REAIS).** | | | | | |



**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** A despesa correrá à conta das **FONTES DE RECURSOS:** RECURSOS ORDINÁRIOS (FPM, ICMS, IPVA, IPTU, ITR, ISS, ARRECADAÇÃO E OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS) E REPASSES Á SAÚDE E TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS; **PROJ/ATIVIDADE** 10.301.0015.2121, 10.301.0013.2134, 10.301.0014.2143, 10.122.0013.2170 e **ELEMENTO DE DESPESA** 33.90.39./33.90.30

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

**5.1.** Para efeito e pagamento, a **CONTRATADA** encaminhará ao órgão/ente, após o fornecimento do objeto, requerimento solicitando o pagamento devidamente acompanhado da fatura/nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria requerente e cópia da Nota de Empenho.

**5.2.** Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e Nota Fiscal-recibo no Protocolo Geral do Órgão/ente **CONTRATANTE**, ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o **CONTRATANTE**, inclusive quanto aos parcelamentos, sob pena de assistir direito às verbas e atualização dos valores na forma legal.

**5.3.** Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

**a) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.**

**b) CRFGTS**

**c) CNDT**

**5.4.** A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os itens fornecidos a que se referir.

**5.5.** As notas fiscais/ faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.

**5.6.** Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de execução do fornecimento do objeto.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**6.1.** O prazo de vigência desde Termo de Contrato é de 60 (SESSENTA) dias a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdura a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional provocada pelo Coronavírus (COVID 19).

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**



**7.1.** Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a **CONTRATADA**;

**7.2.** Prestar à **CONTRATADA** todas as informações e os esclarecimentos necessários para a realização do objeto contratual;

**7.3.** Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

**7.4.** Fiscalizar e inspecionar a execução do objeto deste instrumento, podendo sustar, recusar ou desfazer, no todo ou em parte, quaisquer fornecimentos em desacordo com o contrato. Caso isso ocorra, o pagamento ficará suspenso até que seja atendido o objeto solicitado, não havendo prejuízo das sanções aplicáveis;

**7.5.** Notificar por escrito a **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento dos produtos, objeto do contrato, fixando prazo para sua correção;

**7.6.** Atestar a(s) Nota(s) Fiscal (is) apresentada a **CONTRATANTE** discriminando todo o produto recebido;

**7.7.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, depois de constatado o cumprimento efetivo das obrigações assumidas.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**8.1.** Executar o objeto do presente contrato em perfeita harmonia e em concordância com as especificações estabelecidas;

**8.2.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, quando do fornecimento dos produtos, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**;

**8.3.** Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

**8.4.** Não delegar ou transferir a execução do contrato a terceiros, sem prévia anuência da Administração;

**8.5.** Comunicar ao **CONTRATANTE** quando verificar condições inadequadas para o fornecimento do produto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução;

**8.6.** A **CONTRATADA** responsabiliza-se por todas as despesas para o fornecimento dos produtos, bem como, mão-de-obra, deslocamento, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem no fornecimento;

**8.7.** Providenciar o fornecimento dos produtos de imediato, após o recebimento da Nota de Empenho emitida pelo **CONTRATANTE**;

**8.8.** Fornecer de forma satisfatória o objeto desta contratação, primando sempre pela qualidade do produto fornecido;

**8.9.** Apresentar a **CONTRATANTE** nota fiscal/fatura, discriminando todo produto solicitado pela **CONTRATANTE**;



**8.10.** Providenciar de imediato, o saneamento de qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos apresentados.

**CLÁUSULA NONA– DAS PENALIDADES**

**9.1.** O atraso injustificado no fornecimento, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a contratada à multa prevista na Dispensa de Licitação, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

**10.1.** O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista na Justificativa de Dispensa de Licitação, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES**

**11.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**11.2.** A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 4°, I da Lei nº 13.979/2020.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

**12.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei n° 13.979/2020, na Lei n° 8.666 de 1993 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

**13.1.** A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, de acordo com o artigo 26 da lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

**14.1.** As partes, de comum acordo, elegem o foro da cidade de Picos-PI, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da inexecução deste contrato, que não possam ser resolvidos administrativamente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo, também qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Picos - PI, 24 de Abril de 2020.



**CONTRATANTE:**

**MUNICÍPIO DE PICOS - PI**
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
Waldemar Santos Júnior
Secretário Municipal

**CONTRATADA:** Antônia de Sousa Luz

**ANTÔNIA DE SOUSA LUZ - ME**
**CNPJ N° 33.008.989/0001-39**
Antônia de Sousa Luz
Proprietária

**TESTEMUNHAS:**

Caio Felipe Dos Santos Moura
**CPF:** 072.130.223-85
**RG:** 3.413.216

[illegible] Santos
**CPF:** 061.880.063.84
**RG:**